



Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Política Social e Gestão de Serviços Sociais

Atena
Editora

Ano 2019



Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Política Social e Gestão de Serviços Sociais

Atena
Editora

Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P769	Política social e gestão de serviços sociais [recurso eletrônico] / Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: Word Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-756-7 DOI 10.22533/at.ed.567192511 1. Política social. 2. Serviços sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de. CDD 361
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Conforme uma tendência verificada em escala mundial, a proteção social brasileira teve sua trajetória histórica fortemente influenciada pela desigualdade social advinda da expansão do capitalismo industrial e por crescentes lutas dos trabalhadores nos séculos XIX e XX. Porém, destacam-se as especificidades e contextos inerentes de cada região. A realidade brasileira historicamente foi permeada por contradições sociais e econômicas, que tem forte impacto na condução e execução das políticas sociais.

A política social e os bens e serviços sociais emergem das relações sociais de uma sociedade em constante transformação e são produtos de uma arena de conflitos, ao mesmo tempo em que buscam consenso reproduzem a manutenção da ordem e do controle. Logo, a compreensão destes conceitos implica necessariamente em considerar as relações de tempo e espaço da sociedade, assim como a conjuntura econômica, social, cultural e política.

Esta coletânea intitulada “Política Social e Gestão dos Serviços Sociais” apresenta reflexões acerca da concepção da Política Social e da Gestão dos Serviços Sociais, e, questões transversais que influenciaram a concepção, transformação e os movimentos sociais para o seu aprimoramento. Os autores utilizam diferentes metodologias, tais como: revisões bibliográficas, análise documental, abordagens técnicas e qualitativas, pesquisa de campo com entrevistas e estudos de casos. Cabe ressaltar, que a variedade das discussões asseguradas neste exemplar, que é composto por vinte e três artigos, é também intrínseca a configuração do próprio desenrolar da política social, que perpassa por diferentes meandros e tem uma infinidade de possibilidades e desdobramentos.

Este livro reúne uma coletânea de artigos, que foram subdivididos em dois blocos centrais. O primeiro bloco é composto pela contextualização da política social e por reflexões sobre sua influência no processo de trabalho do Assistente Social. Assim, os autores realizam ponderações acerca da conjuntura de institucionalização da política social, com apontamentos sobre o contexto histórico do desenvolvimentismo e pós-desenvolvimentismo na América Latina e elucidação do desmantelamento das políticas sociais na contemporaneidade. Trata-se de uma obra plural, que inclui análises sobre interlocução da política social junto ao processo de trabalho do Assistente Social, abordando mercado de trabalho, a autonomia profissional e reflexão acerca da influência do coronelismo, clientelismo, assistencialismo e da religião no Serviço Social, que são eixos fundamentais para pensar a estruturação desta profissão.

No segundo bloco os autores discorrem sobre políticas sociais públicas, como: Política de Assistência Social, Adolescentes e Jovens, Sistema Penal - Segurança Pública, Racial, Habitação e Saúde. Para tanto, analisam aspectos sobre a pobreza e a conformação da Assistência Social como política pública, abordando inclusive a estruturação da Política Nacional de Assistência Social, do Sistema Único de

Assistência Social e demonstrando variadas experiências locais. Esse conjunto de inquietações foi primordial para adentrar a discussão sobre os adolescentes, jovens e as famílias, que foi analisado sob a ótica da Proteção Social Básica, ato infracional, medidas socioeducativas e do processo de desligamento dos jovens, institucionalmente acolhidos, ao completarem a maioridade.

Na sequência, o livro apresenta uma análise sobre o sistema penal na sociedade capitalista, que possibilitou a discussão sobre os desafios da desigualdade racial, e também foi explanada a situação dos refugiados acolhidos no Brasil e a perpetuação do racismo. Além disso, a obra contempla a discussão sobre a desigualdade socioespacial, incluindo ponderações sobre a conformação dos espaços urbanos, do direito à cidade e das implicações do Programa de Aceleração do Crescimento. E, por fim, apresenta distintas pesquisas realizadas, que versam sobre a avaliação de desempenho, análises documentais, análise da percepção dos gestores sobre o programa do Governo Federal e pesquisas com enfoque nas políticas de saúde.

Ressalto que, na atualidade, os ataques e cortes das verbas para a Educação Pública influem diretamente na restrição do desenvolvimento dos projetos, que indicam à limitação da realização da pesquisa e do alcance dos necessários resultados. Considerando a fragilidade deste cenário torna-se ainda mais essencial visibilizar os estudos técnicos científicos, sobretudo pelos resultados, que são engendrados as lutas sociais e buscam a manutenção e execução das políticas sociais e dos serviços sociais.

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO E PÓS-DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA DOS DISCURSOS CIENTÍFICOS E PRÁTICAS SOCIAIS EMERGENTES NA AMÉRICA LATINA EM SUAS BASES DECOLONIAIS	
Mariza Ferreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5671925111	
CAPÍTULO 2	13
O DESMANTELAMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE	
Thaynara Moreira Botelho	
DOI 10.22533/at.ed.5671925112	
CAPÍTULO 3	23
PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE POLÍTICA SOCIAL NO SERVIÇO SOCIAL	
Angela Kaline da Silva Santos	
Lucicleide Cândido dos Santos	
Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.5671925113	
CAPÍTULO 4	35
MERCADO DE TRABALHO, TRABALHO E AUTONOMIA RELATIVA DO ASSISTENTE SOCIAL	
Carlos Antonio de Souza Moraes	
Gabriela Mendes Moreira Schocair	
DOI 10.22533/at.ed.5671925114	
CAPÍTULO 5	48
OS REBATIMENTOS DA POLÍTICA CORONELISTA NA ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA BAIXADA FLUMINENSE	
Adriano Pereira Basilo de Oliveira	
Erica Silva de Oliveira	
Vaniele Soares da Cunha Copello	
DOI 10.22533/at.ed.5671925115	
CAPÍTULO 6	62
SERVIÇO SOCIAL E RELIGIÃO/RELIGIOSIDADE: ANÁLISE CRÍTICA DE UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA	
Vinicius Pinheiro de Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.5671925116	
CAPÍTULO 7	74
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – ENTRE O TRABALHO PROFISSIONAL PRECÁRIO E A PRECARIZAÇÃO DOS SERVIÇOS	
Lívia Daniela de Brito Berlandi	
Leana Oliveira Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.5671925117	

CAPÍTULO 8	84
O SUAS NA CONTEMPORANEIDADE: ENTRE AS LÓGICAS DO APERFEIÇOAMENTO E DA RESTRIÇÃO	
Poliana de Oliveira Carvalho Solange Maria Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.5671925118	
CAPÍTULO 9	95
POBREZA, VULNERABILIDADE E PROTEÇÃO SOCIAL NO BAIXO AMAZONAS	
Dayana Cury Rolim	
DOI 10.22533/at.ed.5671925119	
CAPÍTULO 10	107
AS DESIGUALDADES SOCIAIS QUE AFETAM JOVENS E SUAS FAMÍLIAS NO BRASIL EM TEMPOS NEOLIBERAIS E O TRABALHO SOCIAL DO SCFV ARTICULADO AO PAIF	
Rosilene Marques Sobrinho de França	
DOI 10.22533/at.ed.56719251110	
CAPÍTULO 11	118
O ATO INFRACIONAL E AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NA CONTEMPORANEIDADE	
Dora Susane Fachetti Miôtto Maria José Coelho dos Santos Eliaidina Wagner Oliveira da Silva César Albenes de Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.56719251111	
CAPÍTULO 12	130
PERSPECTIVAS ACERCA DO PROCESSO DE DESLIGAMENTO INSTITUCIONAL DE JOVENS AO COMPLETAREM A MAIORIDADE, NO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL	
Carol Colpo Gubert Bianca Gonçalves de Carrasco Bassi Daniela Tonús	
DOI 10.22533/at.ed.56719251112	
CAPÍTULO 13	145
A EVOLUÇÃO DO SISTEMA PENAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA	
Andressa Silva Veloso	
DOI 10.22533/at.ed.56719251113	
CAPÍTULO 14	156
OS DESAFIOS DA INCLUSÃO RACIL E AS AÇÕES AFIRMATIVAS	
Eliaidina Wagner Oliveira da Silva Maria José Coelho dos Santos Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva Dora Susane Fachetti Miotto Marcelo Plotegher Campinhos César Albenes de Mendonça Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.56719251114	

CAPÍTULO 15	167
REFUGIADOS CONGOLESES: A EVIDENCIAÇÃO DO RACISMO NO BRASIL	
Suellen Felix Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.56719251115	
CAPÍTULO 16	178
REFLETINDO SOBRE A INSERÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL NOS PLANOS DIRETORES	
Sueli do Nascimento	
Celena Pereira Rabello	
DOI 10.22533/at.ed.56719251116	
CAPÍTULO 17	188
A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO URBANO E AS EXPRESSÕES DAS DESIGUALDADES	
Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva	
Maria José Coelho dos Santos	
Eliaidina Wagner Oliveira da Silva	
Marcelo Plotegher Campinhos	
César Albenes de Mendonça Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.56719251117	
CAPÍTULO 18	199
INVESTIMENTOS PÚBLICOS E VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA EM ÁREA DE ZEIS: MORADIAS DE ALUGUEL NA COMUNIDADE DA SERRINHA, FLORIANÓPOLIS-SC	
Raquel Soares	
DOI 10.22533/at.ed.56719251118	
CAPÍTULO 19	212
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO: UM DIFERENCIAL PARA ATUAÇÃO DOS COLABORADORES DO RAMO IMOBILIÁRIO	
Fernando Cavalheiro Silva Da Roza	
Nadya Regina Bilibio Antonello	
Claudia Aline de Souza Ramser	
Letícia Marasca	
Steffani Nikoli Dapper	
Luis Felipe Dias Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.56719251119	
CAPÍTULO 20	233
PERCEPÇÃO DE GESTORES MUNICIPAIS DE SAÚDE DA FOZ DO RIO ITAJAÍ SOBRE O PANORAMA DO PROVIMENTO DO MAIS MÉDICOS	
Marlon Gibb Barreto Zimmer	
Rita de Cássia Gabrielli Souza Lima	
DOI 10.22533/at.ed.56719251120	

CAPÍTULO 21	246
AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE (PGRSS) DE UMA GRANDE REDE DE FARMÁCIAS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE	
Thâmara Carollyne de Luna Rocha	
Amanda Bastos Castro	
Djalma Coriolano da Silva Júnior	
Rodrigo Lisboa Nunes de Oliveira	
Maria Cleciene Fontes de Oliveira Thomaz	
Débora Dolores Souza da Silva Nascimento	
Stéfani Ferreira de Oliveira	
Maria Joanellys dos Santos Lima	
Williana Tôrres Vilela	
Karolynne Rodrigues de Melo	
Pedro José Rolim Neto	
Rosali Maria Ferreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.56719251121	
CAPÍTULO 22	259
INTERVENÇÕES PARA USUÁRIOS DE DROGAS BASEADAS NA ABORDAGEM COGNITIVO-COMPORTAMENTAL	
Ana Maria da Silva Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.56719251122	
CAPÍTULO 23	268
A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO NO ENFRENTAMENTO DE QUESTÃO SOCIAL: CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO	
Rosângela Nascimento Santos	
DOI 10.22533/at.ed.56719251123	
CAPÍTULO 24	280
ATENÇÃO AO CÂNCER DE MAMA: A SISTEMATIZAÇÃO DAS MEDIDAS ORGANIZATIVAS PARA SEU CONTROLE NO BRASIL	
Thaislayne Nunes de Oliveira	
Mônica de Castro Maia Senna	
DOI 10.22533/at.ed.56719251124	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	292
ÍNDICE REMISSIVO	293

POBREZA, VULNERABILIDADE E PROTEÇÃO SOCIAL NO BAIXO AMAZONAS

Dayana Cury Rolim

Universidade Federal do Amazonas, Colegiado de Serviço Social, Manaus-Amazonas.

RESUMO: O presente artigo é parte de uma discussão realizada na tese de doutorado defendida em dezembro de 2017 que discute sobre pobreza, vulnerabilidade e proteção social no município de Parintins no Baixo Amazonas no estado do Amazonas. Trata-se de uma pesquisa quantiquantitativa em que foram entrevistadas 30 famílias durante o processo investigativo. Compreende-se que a produção de conhecimento sobre a pobreza, vulnerabilidade e proteção social é indispensável para desenhar e definir as políticas públicas de forma eficaz, para promover a inclusão social da população que não usufrui da riqueza socialmente produzida, mas apenas experimenta o lado amargo do sistema capitalista. Apesar do Brasil ter diminuído a pobreza extrema, ainda encontra importantes desafios, principalmente em garantir a capacidade operacional de priorizar, implementar e monitorar políticas antipobreza e que garanta de fato o acesso aos direitos de cidadania com qualidade. O estudo apontou que o Programa Bolsa Família articulado às ações do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família podem possibilitar avanços na vida de seus beneficiários, contudo tem

que haver um maior investimento nos serviços socioassistenciais atendendo a demanda da população local.

PALAVRAS-CHAVE: Pobreza; Vulnerabilidade Social; Proteção Social.

POVERTY, VULNERABILITY AND SOCIAL PROTECTION IN LOW AMAZON

ABSTRACT: This article is part of a discussion of the doctoral dissertation defended in December 2017 that discusses poverty, vulnerability and social protection in the municipality of Parintins in the Lower Amazon in the state of Amazonas. This is a quantitative and qualitative research in which 30 families were interviewed during the investigative process. It is understood that the production of knowledge about poverty, vulnerability and social protection is indispensable to design and define public policies effectively, to promote the social inclusion of the population that does not enjoy socially produced wealth, but only experiences the bitter side of the capitalist system. Although Brazil has reduced extreme poverty, it still faces important challenges, particularly in ensuring the operational capacity to prioritize, implement and monitor anti-poverty policies and in fact guarantee access to quality citizenship rights. The study pointed out that the Bolsa Familia Program, articulated with the actions of the

Integral Family Protection and Care Service, can make advances in the lives of its beneficiaries, but there must be a greater investment in social assistance services meeting the demand of the local population.

KEYWORDS: Poverty; Social vulnerability; Social protection.

1 | INTRODUÇÃO

Pobreza, vulnerabilidade social e demais expressões da questão social têm raízes na própria natureza da produção capitalista que objetiva a acumulação de capital via exploração do trabalho. “Os trabalhadores experimentam, no curso do desenvolvimento capitalista, processos de pauperização que decorrem necessariamente da essência exploradora da ordem do capital” (NETTO, 2008, p.135).

Por isso, torna-se indispensável a produção de conhecimento sobre a pobreza e vulnerabilidade para desenhar e definir as políticas públicas de proteção social de forma eficaz, para promover a inclusão social da população que não usufrui da riqueza socialmente produzida, mas apenas experimenta o lado severo do sistema capitalista, que de forma concomitante acumula riqueza e produz pobreza em um cenário de exploração, expropriação, exclusão, dentre outros.

Frente a essas determinações capitalistas, a relação da pobreza, vulnerabilidade e riscos sociais pode ser associada a um quadro amplo que envolve múltiplos condicionantes e não somente necessidades sociais não satisfeitas, voltadas apenas para uma análise econômica. Os condicionantes envolvem uma análise multidimensional e multifacetada, que requer uma compreensão para além da dimensão apenas econômica e material.

Pobreza e vulnerabilidade não são inerentes às pessoas ou grupos, mas podem ser compreendidas como condição, ou circunstâncias, fruto das contradições das sociedades capitalistas. Por isso, podem ser minimizadas ou revertidas, contudo, caso não haja a devida proteção aos cidadãos, o grau de pobreza e vulnerabilidade pode se intensificar e acentuar fragilidades e contradições.

Pobres e vulneráveis não são necessariamente os mesmos. “Nem todos os que se encontram em situação de vulnerabilidade são pobres – situados abaixo de alguma linha monetária de pobreza” (BRONZO, 2009, p.172).

Considera-se que a pobreza agrava as vulnerabilidades, mas isso não quer dizer que essas expressões da questão social existam por causa da pobreza. Portanto, diferenciar os tais conceitos, identificá-las e prover serviços adequados de proteção se faz necessário para alcançar a efetividade dos serviços socioassistenciais ofertados à população.

2 | CONCEPÇÕES DE POBREZA E VULNERABILIDADES SOCIAIS

Falar sobre a pobreza como expressão da questão social na sociedade brasileira requer contextualizá-la a partir das contradições do capitalismo que contribuiu para a formação de uma “subcidadania” nos países periféricos, isso designa que ela tenha uma abrangência em seu conceito.

Essa abrangência pode ser notada na sociedade contemporânea a partir das diferentes concepções. Na realidade brasileira, sob muitos olhares conservadores, uma das concepções ainda perpassa pela culpabilização ou naturalização, trazendo à tona a discussão da “cultura da pobreza”, ou seja, as condições de vida dos pobres são tidas como produto e responsabilidade de limites culturais de cada indivíduo e não como produto histórico da relação de exploração e acumulação do sistema capitalista.

A Organização Internacional do Trabalho - OIT (2003, p.02) considera que os pobres não são causadores da pobreza, e sim que a pobreza é resultado de falhas estruturais e de sistemas econômicos e sociais ineficazes. “É o fruto de respostas políticas inadequadas, de políticas muito pouco imaginativas e de apoio internacional insuficiente”.

Rocha (2006) em seus estudos sobre a pobreza relata que definir o conceito de pobreza e escolher os procedimentos de mensuração adequados é o resultado de análise sensata e cuidadosa de cada realidade social específica. Contudo, o principal objetivo quando se trata de pobreza é o desenho e a operacionalização de instrumentos de política social, para tanto a obtenção de bons resultados operacionais depende em grande parte do bom senso inicial ao definir o que é pobreza, conceitual e estatisticamente.

Santos (2013, p.18) no mesmo direcionamento que Rocha elucida que “a pobreza existe em toda parte, mas sua definição é relativa a uma determinada sociedade. Estamos lidando com uma noção historicamente determinada”. É um fenômeno que atinge todos os países, embora em particular atinja de forma mais profunda os países em desenvolvimento, há, na verdade, diferentes tipos de pobreza.

Portanto, para os autores supracitados o ônus da pobreza não se distribui equitativamente entre os países em desenvolvimento nem entre as regiões desses países, compreendendo-se que a definição de pobreza deve situar o homem na sociedade global à qual pertence.

Para Destremau e Salama (1999) nos países em via de desenvolvimento, a pobreza é fruto de vários arranjos que em seu processo histórico enraizou perversas estruturas sociais, econômicas e políticas. O autor prossegue nas suas análises destacando que o nível de vida dos pobres nos países desenvolvidos, mesmo sendo muito baixo, é superior aos dos pobres em países em desenvolvimento; assim, no conjunto das nações, a pobreza se encontra, em sua maioria, nestes países.

Diante destas contextualizações, Salama e Destremau (1999); Paugam (2003); Rocha (2006); Sen (2010) Santos (2013) apontam que o conceito de pobreza não

pode ser definido de forma única e universal, contudo, a abordagem tradicional mais conhecida e mais simples de defini-la está fortemente associada à ideia de privação sob um viés unidimensional com enfoque monetário. Destacam ainda que a pobreza é, por natureza, multidimensional e que a abordagem deve ser estendida às necessidades básicas, satisfeitas ou não, e aos aspectos também não monetários, resultantes das contradições do sistema capitalista.

Os autores deixam claro que não se pode limitar a pobreza apenas no campo monetário, ainda que a baixa renda seja uma das causas de intensificação da pobreza, o que leva a privação, mas pode haver a articulação do campo monetário às demais dimensões favorecendo uma visão multidimensional.

Acredita-se que a renda apesar de ser crucial e central na sociedade capitalista é insuficiente para caracterizar a pobreza, que além de sua condição econômica, também deve ser compreendida como um processo que envolve dimensões políticas, sociais e um modo de vida como um todo.

Martins (1991) em suas reflexões caracteriza a pobreza como uma categoria política que se traduz pela “carência de direitos, de possibilidades, de esperança” (p.15) ampliando o conceito para além da dimensão econômica.

Essa face da pobreza não se traduz pela falta de renda, alimentação e habitação, mas pela falta mesmo de oportunidade, de informação, de possibilidade, e muitas vezes de esperança, em que o sujeito que está à deriva de seus direitos e subalterno as condições que o sistema capitalista lhe impõe, não consegue ter esperança de superação de sua condição, mesmo que tenha potencialidades, falta-lhe oportunidade e possibilidade para se ter a esperança.

Outro debate que vai além da insuficiência de renda está nas análises de Sen (2010) para quem a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas, ou seja, a pobreza não pode ser vista apenas como baixo nível de renda, mas também como incapacidade para aquisição de um padrão de bem-estar. Todavia, o mesmo ainda explicita que a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades de uma pessoa.

Tendo em vista as variadas definições de pobreza adotadas no mundo contemporâneo, partimos do entendimento de que a pobreza é condição estrutural à sociedade capitalista, fruto da destituição e privação produzida e reproduzida por relações sociais, econômicas, políticas, ideológicas e culturais, dimensões que vão além da renda ou da falta de qualificação, de oportunidades e da falta de capacidades que os indivíduos possam apresentar ao longo de sua trajetória de vida. Ela se situa em uma relação em que o capitalista desconhece o trabalhador como portador de direitos e o tem apenas, como produto de exploração.

Após essas contextualizações sobre as diferentes visões da pobreza, cumpre sinalizarmos a visão sobre a pobreza dos sujeitos da pesquisa no município de Parintins/Am no Baixo Amazonas (lôcus da pesquisa).

Assim, quando questionados, os sujeitos da pesquisa apresentaram a seguinte

compreensão sobre a pobreza:

Ser pobre é a pessoa que não quer trabalhar, fica acomodada, nós seres humanos temos capacidades para fazer muitas coisas e vive na pobreza quem não quer fazer nada (Sujeito da Pesquisa, pesquisa de campo 2017).

(...) Falta de emprego, falta de dinheiro, falta de saúde, falta de escola, falta de assistência, falta até esperança de continuar a lutar...tudo isso é pobreza (Sujeito da Pesquisa, pesquisa de campo 2017).

Pobreza é como eu vivo, mas eu aceito porque Deus me deixou assim, eu tenho só uma geladeira velha, um fogão e um lugarzinho pra dormir (Sujeito da Pesquisa, pesquisa de campo 2017).

É quando a gente não tem nada, não tem de onde tirar, nem com quem contar, a gente que recebe pelo menos um tantinho do bolsa família não pode ser considerado tão pobrezinho igual àquele que não tem nada (Sujeito da Pesquisa, pesquisa de campo 2017).

A gente vive na pobreza porque temos uma política brasileira corrupta que não dá pra gente o que é da gente ao contrário, eles tiram os nossos direitos (...) (Sujeito da Pesquisa, pesquisa de campo 2017).

As percepções são diversificadas e apontam desde resignação e inconformismo, elucidando o confronto entre a aceitação e a negação das condições de vida, resultante de um processo injusto e desigual frente à riqueza socialmente produzida.

Em uma lógica mais abrangente algumas famílias relataram que sentiam a pobreza não apenas como a carência de renda ou de recursos materiais, mas sinalizaram a carência de direitos e políticas públicas, apontam uma visão da pobreza expressando também inconformismo e indignação.

As falas das famílias que apontam um conformismo em relação à situação de pobreza, levam ao entendimento de que muitos indivíduos tendem a se tornar subalternos diante da carência de direitos, da falta de oportunidades e possibilidades, perdendo assim, a esperança de reverter a sua situação. São falas que sinalizam uma vida marcada pela precariedade e escassez.

Ao considerar que a pobreza é uma condição que agrava a vulnerabilidade vivenciada por muitas famílias, pode-se afirmar que se a vulnerabilidade não for compreendida e enfrentada, tenderá a gerar ciclos intergeracionais chegando a tornar-se uma situação de risco.

Assim como a pobreza, a vulnerabilidade vai além da insuficiência de renda, envolve dimensões econômicas, políticas, sociais, ambientais, organizacionais, institucionais e que resulta de uma série de fatores e características de fragilidade da população que vive em um determinado território.

A PNAS (2004) discorre que as transformações econômicas e sociais ocorridas na sociedade contemporânea, desencadearam um processo de fragilização dos vínculos familiares e comunitários, tornando as famílias mais vulneráveis.

As transformações econômicas e sociais, em curso alimentadas pelo impacto da mundialização do capital, estão cada vez mais fortes e difusas, a precarização do trabalho e o desemprego podem ser sentidos por todo o mundo, sendo que nos países em desenvolvimento ocorrem mais facilmente, principalmente quando se analisa a exclusão dos direitos legais de grande parte dos trabalhadores.

Diante destas transformações societária, o tema da vulnerabilidade social ganha destaque, conforme Monteiro (2011, p. 31):

O tema da vulnerabilidade social não é novo, uma vez que essa terminologia vem sendo usualmente aplicada por cientistas sociais de diferentes disciplinas há bastante tempo. O tema caracteriza-se por um complexo campo conceitual, constituído por diferentes concepções e dimensões que podem voltar-se para o enfoque econômico, ambiental, de saúde, de direitos, entre tantos outros. Ainda que essa temática venha sendo trabalhada ao longo dos anos, cabe salientar que ela consiste em um conceito em construção, tendo em vista sua magnitude e complexidade.

Monteiro ainda afirma que a partir dos anos de 1990, com a intensificação do ideário neoliberal no cenário brasileiro, o termo vulnerabilidade passou a ser utilizado com mais frequência, principalmente pelos Organismos Internacionais, ampliando e intensificando o debate em torno desta expressão da Questão Social.

O PNUD (2014, p.31) esclarece que,

A vulnerabilidade, enquanto conceito pode parecer excessivamente árida e abstrata. Afinal, a maioria das pessoas e das sociedades em diferentes níveis de desenvolvimento é vulnerável em muitos aspectos a eventos e circunstâncias adversas, alguns dos quais não podem ser antecipados ou evitados. Hoje em dia, algumas fragilidades econômicas minam o contrato social, mesmo em sociedades industrializadas avançadas, e nenhum país ou comunidade está imune aos efeitos a longo prazo das alterações climáticas. Todavia, a vulnerabilidade enquanto conceito pode tornar-se menos abstrata quando a análise recai sobre quem é vulnerável, a que é vulnerável e porquê.

Há vários tipos de vulnerabilidades nos diferentes ciclos de vida e situações, que podem atingir qualquer pessoa na sociedade independente da renda, mas a concomitância das diferentes vulnerabilidades pode reforçar os fenômenos de privação persistente. As pessoas em condição de pobreza e privação extrema integram o núcleo dos mais vulneráveis.

Yazbek (2001) argumenta que os vulneráveis são as pessoas ou grupos que, por condições sociais, de classe, cultura, étnica, política, econômica, educacional e de saúde, distinguem-se por suas condições precárias de vida.

A PNAS (2004) expressa que seu público é formado por “cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos” (p.34), destinando a proteção social básica à população que vive em situação de vulnerabilidade social. Portanto, a categoria “vulnerabilidade” está presente em todo o texto dessa política, orientando as ações socioassistenciais.

Contudo, a Política Nacional de Assistência Social não traz de forma explícita o conceito de vulnerabilidade social, mas aponta que as situações de vulnerabilidades podem decorrer da pobreza, privação, ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, calamidade, fragilização dos vínculos afetivos e de pertencimento social decorrentes de discriminação étnica, de gênero, dentre outros (BRASIL, Orientações Técnicas sobre o PAIF, 2012).

As Orientações Técnicas sobre o PAIF (2012) indicam que não há um significado único para o termo vulnerabilidade, pois é um conceito complexo e todos os autores que se dedicam ao tema, o reconhecem como multifacetado. Portanto, com o intuito de subsidiar a reflexão sobre a vulnerabilidade adotado pela PNAS/2004, este documento adota como referência as considerações de autores como Kaztman (2010), DIEESE/Unicamp (2007), Marandola jr e Hogan (2006).

Kaztman (2010) entende por vulnerabilidade social as limitações de uma pessoa ou de um lugar para aproveitar as oportunidades, disponíveis em distintos âmbitos socioeconômicos, para melhorar a sua situação de bem-estar.

No Convênio MTE-DIEESE/Unicamp (2007) o conceito de vulnerabilidade social relaciona-se ao mundo do trabalho, tendo em vista as transformações estruturais do setor produtivo que caracterizam situações de precarização do mercado do trabalho, das relações de trabalho e a falta de proteção social. Passa-se a existir, então, uma “zona de vulnerabilidade, formada seja por setores pobres, que buscam alternativas para estarem incluídos ou por setores médios empobrecidos que tem perdido canais de inclusão” (p.13).

Esse documento também se baseia nas formulações de Katzman para quem “as situações de vulnerabilidade social devem ser analisadas a partir da existência ou não, por parte dos indivíduos ou das famílias, de ativos disponíveis e capazes de enfrentar determinadas situações de risco” (DIEESE, 2007, p.14).

Outra visão a destacar sobre a vulnerabilidade social é a de Marandola Jr e Hogan (2006), que ao discutir sobre as dimensões da vulnerabilidade analisam que esta é um fenômeno expressivo da modernidade tardia e, que o diálogo interdisciplinar é o caminho para a reflexão sobre as suas dimensões, desse modo, apontam “o reconhecimento de que a vulnerabilidade envolve uma gama de fenômenos de natureza multidimensional e multifacetada” (p.35) que torna imperativo um diálogo mais abrangente diante do tema.

Para os autores supracitados, a vulnerabilidade é extremamente dinâmica e pode apresentar sazonalidades até em pequena escala temporal, pois a avaliação da vulnerabilidade passa pela compreensão do perigo envolvido, do contexto geográfico e da produção social (relações sociais, culturais, econômicas e a situação das instituições) que revelarão a capacidade de resposta que a sociedade ou o local possui para enfrentar o perigo.

3 | PROTEÇÃO SOCIAL VOLTADA ÀS FAMÍLIAS EM CONDIÇÕES DE POBREZA E VULNERABILIDADES SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE PARINTINS/AM NO BAIXO AMAZONAS

As políticas de proteção voltadas para as famílias na Amazônia constituíram-se ao longo da história em construções teóricas, distantes da realidade regional, tão pouco se aproximando da diversidade de características locais.

Os municípios brasileiros assumiram importantes compromissos com o sistema de proteção social, tanto ao se integrarem ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), quanto ao assinarem os termos de adesão ao Programa Bolsa família (PBF), que articulado ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à família (PAIF) poderá proporcionar grandes resultados na vida de seus beneficiários (MAGALHÃES, 2009).

O Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário tem investido, desde 2005, na articulação entre o PBF e o PAIF, orientando os gestores municipais e técnicos que atuam nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) a desenvolver metodologias para o acompanhamento dos beneficiários do PBF (BRASIL, MDSA, 2011).

O PBF apresenta uma leitura de combate à pobreza através da transferência de renda e por meio do cumprimento de condicionalidades, já o PAIF objetiva mobilizar as famílias para enfrentarem as situações de vulnerabilidade.

O público prioritário da articulação PAIF/PBF são as famílias com crianças, adolescentes e gestantes que principalmente deixaram de cumprir qualquer uma das condicionalidades do PBF (saúde ou educação). O descumprimento das condicionalidades torna as famílias mais vulneráveis, por isso, são prioritários no acompanhamento familiar.

A transferência de renda é um elemento importante na vida da população em condição de pobreza e quando associado ao acesso às políticas públicas e aos bens e serviços sociais, com certeza poderá possibilitar melhorias na qualidade de vida da população e superação de situações de vulnerabilidade social, contribuindo com um melhor Índice de Desenvolvimento Humano e Social.

O enfrentamento da pobreza não pode ser pensado apenas sob a lógica da transferência de renda, mas também pela lógica do investimento nas políticas públicas e ao acesso da população a serviços essenciais a seu atendimento às necessidades sociais.

De acordo com a coordenadora do CRAS do município de Parintins, para a proteção social das famílias, a equipe realiza trabalho de orientação, encaminhamentos, ações preventivas, oficinas e serviços socioassistenciais, além da inserção de famílias no Programa Bolsa Família e nas ações do PAIF.

É imprescindível que os CRAS desempenhem suas funções e oferte com qualidade seus serviços socioassistenciais, sendo que a estrutura física é um componente que pode contribuir para um melhor acesso dos usuários da política de

assistência social, sentindo-se acolhidos em um ambiente de caráter público adequado.

O espaço físico deve ser organizado de modo que as famílias o reconheçam como uma unidade pública que possibilita o acesso a direitos. Porém, a pesquisa de campo desvelou que a estrutura dos CRAS tão pouco atende as exigências das normas.

Dentre os sujeitos da pesquisa 80% consideram importante a sua inserção no CRAS para diminuição de suas vulnerabilidades e ganho de autonomia, 20% não conseguem frequentar de forma assídua, assim não sentem determinadas mudanças.

A participação das famílias em situação de vulnerabilidade é importante para o fortalecimento do caráter preventivo, protetivo e proativo a ser trabalhado nos CRAS sendo ações que vão além de atuações emergenciais.

Constatou-se que 90% dos sujeitos da pesquisa consideram que após a sua inserção do PBF e nas ações do CRAS a partir do PAIF, suas condições de vida vêm mudando, as palestras que assistem no CRAS os deixa mais informados, as oficinas que participam dão oportunidade para geração de renda e a transferência de renda do PBF é um recurso que as famílias podem contar mensalmente para a compra de algumas necessidades básicas.

É importante destacar que as ações no âmbito da assistência social precisam ser executadas de forma que cumpram com as ações de caráter protetivo, preventivo e proativo com as famílias, que não reforcem os papéis tradicionais e as desigualdades, mas sim que possam contribuir para a construção de relações intrafamiliares mais equânimes, deixando com que as famílias sejam protagonistas de sua história e se sintam sujeitos de direitos.

Para Yazbek (2003) torna-se urgente romper com a ideia do direito como favor ou ajuda emergencial, assim como romper com o uso dos recursos sociais de maneira clientelista.

Couto (2013, p.241) analisa que “a transição das práticas de favor para uma política de direitos necessita de um arcabouço, não só legal, mas também político para estabelecer relação e possibilitar um período adaptativo institucional”.

O assistencialismo é um mecanismo que só faz intensificar a vulnerabilidade dessas famílias, pois deixam de ter suas demandas consideradas e suas ações valorizadas. Na região amazônica, o conjunto de ações das políticas públicas, especialmente as voltadas para as famílias, se torna importante e necessário, pois as diversidades de aspectos sociais e culturais na Amazônia se faz presente frente à complexidade da região.

Sabe-se que, somente a transferência de renda não é possível superar as situações de vulnerabilidades das famílias, mas para a sua efetiva superação é necessária a inserção em serviços socioassistenciais e setoriais e seu real acompanhamento, havendo a promoção e proteção das seguranças aos usuários por meio da articulação entre transferência de renda, benefícios e serviços socioassistenciais.

O PAIF é considerado a pedra basilar da Política de Assistência Social, por

informar e garantir o acesso aos direitos sociais e contribuir para a gestão intersetorial local, para o desenvolvimento da autonomia e para o empoderamento e ampliação da capacidade protetiva das famílias.

Um dos grandes objetivos do PAIF é justamente o de “fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria de sua qualidade de vida” (BRASIL, Orientações Técnicas do PAIF, 2012, p.47).

Fortalecer a função protetiva da família, significa reconhecer que para as famílias exercerem a função protetiva, precisam da responsabilidade estatal, pois a proteção é uma necessidade inerente ao ser humano e o estado assumindo a sua responsabilidade, poderá colaborar para o alcance da qualidade de vida dessas famílias.

Há de se considerar que no Brasil, os serviços sociais básicos ofertados à população na grande maioria das cidades brasileiras são insuficientes, tanto em termos de quantidade, como em qualidade e que interfere no atendimento das necessidades essenciais das famílias que mais precisam, principalmente as que atendem ao perfil dos programas de transferência de renda, as quais muitas vezes passam por triagem e são inclusos em serviços precários, colocando em questão a universalização desses direitos (YAZBEK, 2001).

Na região amazônica, o conjunto de ações das políticas públicas, especialmente as voltadas para as famílias, se torna importante e necessário, pois as diversidades de aspectos sociais e culturais na Amazônia se faz presente frente à complexidade da região.

Para o enfrentamento das vulnerabilidades, as famílias amazônidas necessitam além das transferências de renda, de inserções em serviços socioassistenciais setoriais e seu real acompanhamento, havendo a promoção e proteção das seguranças aos usuários por meio da articulação entre transferência de renda, benefícios e serviços socioassistenciais.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os municípios dos estados da região Amazônica, principalmente os mais longínquos, são os que mais sofrem com as precárias condições de infraestrutura e de desenvolvimento, que impactam diretamente às condições de vida da população, os quais apresentam os piores indicadores sociais.

O Baixo Amazonas apresenta particularidades que torna difícil o acesso às comunidades rurais e ribeirinhas que convivem em condições precárias de existência, sem documentação civil, sem acesso à escola, às instituições de saúde, programas sociais, dentre outros. O rio comanda a vida de muitos povos da região, elemento que deve ser levado em consideração na elaboração de políticas públicas.

A desigualdade e os processos de exclusão, inerentes ao desenvolvimento capitalista, fragilizam as condições de proteção social e fazem surgir novas vulnerabilidades. Portanto, necessita-se de políticas públicas eficazes que se

direcionem à justiça social, além de firmar compromisso com as especificidades da região amazônica e não apenas uma tentativa de resolver as desigualdades sociais com políticas compensatórias.

A proteção social na perspectiva de proteger o cidadão contra os riscos pessoais e sociais inerentes aos ciclos de vida, tem o grande desafio de enfrentar os diversos fatores que configuram situações de risco e vulnerabilidades sociais, como a ausência ou precariedade de renda, desemprego, trabalho informal, acesso frágil ou inexistente aos serviços públicos, fragilização dos vínculos familiares, tantas outras situações que revelam a importância da proteção social, principalmente das políticas de Seguridade Social em conjunto com as demais políticas públicas brasileiras.

No estado do Amazonas a população que vive às margens e proximidades dos rios e demais comunidades rurais espalhadas pela imensidão amazônica e que sobrevive da pesca artesanal, da caça, do roçado, e do extrativismo, sofre, sem acesso assegurado aos vários direitos fundamentais.

Olhar, pesquisar e refletir sobre a Amazônia é investir em seu futuro, é pensar em condições que possibilitem caminhos que possam contribuir para um melhor desenvolvimento da Amazônia, e assim, enfrentar as expressões da questão social e os dilemas e desafios que se projetam sobre a região frente à crise do mundo globalizado.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Orientações Técnicas V.01: **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família-PAIF segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**/Ministério do Desenvolvimento Social à Fome. 1ª Edição, Brasília 2012.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Editora Cortez, versão oficial, 2004.

BRASIL. MDSA. **Articulação do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada com os serviços oferecidos pelo Sistema Único de Assistência Social**, especialmente os ofertados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), em espaços metropolitanos de pobreza vulnerabilidade. Brasília, 2011.

BRONZO, Carla. **Vulnerabilidade, empoderamento e metodologias centradas na família: conexões e uma experiência para reflexão**. In: concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília, junho de 2009.

Convênio MTE-DIEESE. **Aspectos conceituais da vulnerabilidade social**. Unicamp, 2007.

COUTO, Berenice, et al. **A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos**. In: O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. 3 ed ver e atual. – São Paulo: Cortez, 2013.

DESTREMAU, Blandine; SALAMA, Pierre. **O tamanho da pobreza**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 1999.

KAZTMAN, Ruben. **Notas sobre a medida da vulnerabilidade social**. CEPAL, 2010.

- MAGALHÃES, Edgar Pontes de. **Combatendo a pobreza e enfrentando as vulnerabilidades: desafios para a articulação entre o Programa Bolsa Família e a proteção social básica** - Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.
- MARANDOLA JR. Eduardo, HOGAN, Daniel Joseph. **As dimensões da vulnerabilidade**. In: São Paulo em Perspectiva, v. 20, n.1, p.33-43, jan./mar.2006.
- MARTINS, José de Souza. **O Massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil**. Ed. Hucitec, São Paulo, 1991.
- MONTAÑO, Carlos. **Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento**. Serv. Soc. e Soc. São Paulo, n.110, p.270-287. Abr.\jun.2012.
- MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Piris. **O Marco conceitual da Vulnerabilidade**. In: Sociedade em Debate, Pelotas, 17(2): 29-40, jul.-dez./2011.
- NETTO, José Paulo. **Economia política: uma introdução crítica**. 4.ed. – São Paulo: Cortez, 2008.
- Organização Internacional do Trabalho - OIT. **Relatório Global: Discriminação no Trabalho: A Hora para Igualdade no Trabalho**. Relatório Global 2003- suplemento Nacional. Gênèbra, 2003.
- PAUGAM, Serge. **A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza**. Trad. Camila Giorgetti, Tereza Lourenço. São Paulo: Educ/Cortez, 2003.
- PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano: sustentar o progresso humano, reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2014.
- ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata? – 3 - ed.**- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. 3.ed., 1. Reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira mota. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira: quem é e como vive**. Colaboradores André Grillo ... [et al.] — Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- YAZBEK, Maria carmelita. **Pobreza e exclusão**. Expressões da questão social no Brasil. Revista temporalls 3, Brasília: ABEPSS, 2001.
- YAZBEK, Maria carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SOBRE A ORGANIZADORA

Thaislayne Nunes de Oliveira: Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (2013), com especialização na modalidade Residência Multiprofissional em Saúde Pública pelo Hospital Universitário Antônio Pedro (2015). Em 2017 se tornou Mestre em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. E inicia Doutorado no mesmo programa e universidade em 2018, pesquisadora e bolsista vinculada a Coordenação de Aperfeiçoamento da Pesquisa de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na área de concentração Avaliação de Políticas Sociais e linha de pesquisa Avaliação de Políticas de Seguridade Social. Atualmente tem se dedicado a pesquisa com mulheres com câncer de mama, buscando identificar a trajetória do cuidado em saúde e aspectos que podem influir no acesso ao diagnóstico, tratamento e recuperação da doença. Possui experiência profissional na Previdência Social e na Assistência Social, e atualmente é Assistente Social na área da Saúde vinculada ao Núcleo de Apoio à Saúde da Família, no município do Rio de Janeiro. Atua ainda como palestrante em diversas atividades realizadas pela própria Prefeitura e também pela Universidade Estácio de Sá. A autora possui experiência nas áreas: direitos sociais, políticas públicas, seguridade social, envelhecimento, violência, rede socioassistencial, entre outros.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ações afirmativas 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 176

Adolescentes 30, 102, 114, 118, 119, 121, 122, 124, 125, 126, 128, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 153, 167

Assistencialismo 88, 103

Assistencialista 48, 49, 52, 56, 76, 131, 137, 275

Assistência social 18, 29, 30, 31, 32, 34, 39, 40, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 111, 114, 115, 116, 117, 123, 124, 126, 127, 143, 153, 184, 268, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 285, 292

Ato infracional 118, 119, 124, 128, 152, 153, 154

C

Capitalismo 3, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 30, 33, 56, 60, 63, 67, 72, 97, 107, 108, 109, 111, 115, 119, 120, 121, 122, 127, 146, 147, 180, 196, 271, 272

Capitalista 2, 3, 7, 11, 14, 15, 17, 19, 27, 38, 42, 52, 59, 93, 95, 96, 97, 98, 104, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 121, 127, 145, 148, 149, 151, 153, 185, 192, 194, 195, 196, 208, 271, 277

Cidadania 12, 15, 57, 59, 66, 72, 82, 83, 95, 113, 117, 118, 120, 124, 126, 127, 128, 147, 157, 181, 234, 269, 274

Classes sociais 108, 121, 163, 183, 190, 192, 194

Clientelismo 59, 88

Clientelista 48, 49, 51, 52, 56, 57, 59, 103

Coronelismo 49, 50, 59, 189

Coronelista 48, 49, 50, 51, 52, 56, 57, 58, 60

Crime 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154

D

Desemprego 15, 20, 34, 38, 50, 86, 100, 105, 121, 123, 146, 148, 181, 205

Desenvolvimentismo e Pós-Desenvolvimentismo 5

Desigualdade 19, 20, 25, 26, 31, 38, 86, 104, 110, 114, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 127, 128, 157, 158, 163, 166, 169, 172, 173, 187, 188, 190, 197, 199, 206, 235, 271, 277

Desigualdade social 19, 38, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 127, 128, 158, 169, 173, 190, 271, 277

Desigualdade socioespacial 194

Determinantes sociais 82, 287, 289

Direitos sociais 13, 17, 18, 20, 38, 59, 60, 70, 76, 77, 104, 120, 121, 127, 174, 181, 240, 274, 275, 284, 292

Drogas 29, 70, 152, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267

E

Encarceramento 145, 146, 150, 151, 152, 154, 155

Estado 4, 6, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 30, 32, 33, 34, 36, 38, 39, 48, 49, 50, 52, 53, 57, 64, 65, 66, 68, 70, 71, 72, 75, 76, 83, 86, 87, 88, 90, 93, 95, 104, 105, 108, 109,

114, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 154, 158, 161, 162, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 177, 180, 184, 185, 186, 192, 193, 195, 207, 213, 235, 236, 242, 243, 244, 270, 272, 273, 274, 275, 277, 278, 280, 283, 284, 285, 288, 291
Exclusão social 46, 109, 114, 174, 189, 192, 272
Extrema pobreza 26, 27, 79, 109, 111, 112, 113, 120

F

Famílias 26, 27, 28, 79, 80, 81, 85, 86, 89, 90, 92, 93, 95, 99, 101, 102, 103, 104, 107, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 134, 136, 138, 163, 180, 201, 207, 209, 240, 273, 275
Focalização 17, 18, 19, 30, 38, 76, 82, 85, 86

G

Gestão de pessoas 213, 214, 215, 225, 231, 232

I

Inclusão social 30, 32, 72, 95, 96, 120, 122, 123, 127, 156, 157, 164, 274

J

Jovens 33, 72, 73, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 126, 130, 132, 134, 135, 136, 139, 140, 141, 142, 143, 144
Justiça social 17, 27, 87, 105, 121, 123, 184
Juventude 29, 69, 72, 107, 108, 109, 115, 117, 123, 138, 139, 140

M

Marginalização 70, 109, 157, 165, 184, 192
Marxismo 21, 24, 55, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73
Marxista 7, 12, 14, 24, 31, 50, 54, 55, 56, 60, 62, 63, 66, 68, 69, 147
Medida socioeducativa 125, 154
Meio ambiente 8, 186, 190, 193, 196, 247, 248, 249, 251, 254, 256, 258
Mercado de trabalho do assistente social 35
Miséria 27, 79, 82, 83, 168, 169, 174, 186

N

Negros 107, 109, 110, 116, 146, 157, 158, 159, 161, 163, 164, 165, 172, 173
Neoliberal 13, 16, 17, 25, 38, 39, 56, 57, 78, 82, 86, 88, 100, 109, 196, 272, 285
Neoliberalismo 25, 27, 39, 56, 86, 107, 272

P

Pobreza 3, 8, 11, 15, 17, 20, 26, 27, 49, 50, 78, 79, 86, 88, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 105, 106, 107, 109, 111, 112, 113, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 127, 128, 162, 168, 174, 181, 184, 186, 190, 192, 210, 236, 271, 275, 277
Política de habitação 194
Política econômica 15, 25, 26, 30

Política pública 17, 83, 85, 87, 88, 111, 141, 193, 234, 275, 284

Políticas compensatórias 16, 105

Projeto ético e político 42, 46

Proteção social 22, 25, 32, 33, 38, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 88, 90, 95, 96, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 108, 111, 116, 122, 126, 127, 274, 275, 286, 291

Q

Questão social 16, 30, 32, 38, 39, 43, 44, 46, 49, 50, 52, 53, 54, 57, 72, 82, 86, 93, 96, 97, 100, 105, 106, 107, 112, 113, 116, 117, 121, 123, 124, 126, 127, 147, 148, 192, 268, 269, 270, 271, 274, 275, 276, 277

R

Racismo 72, 110, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 172, 173, 174

Refugiados 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177

Relações sociais 14, 31, 36, 37, 43, 44, 71, 98, 101, 115, 117, 122, 126, 164, 165, 177, 183, 185, 189, 190, 194, 276

Religião 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 170, 171, 186

Religiosidade 62, 63, 64, 67, 69, 71, 72, 73

Riscos 41, 86, 96, 100, 105, 112, 114, 163, 164, 202, 251, 262, 266, 280, 287, 289

Riscos sociais 86, 96, 112

S

Saúde pública 196, 242, 245, 256, 259, 280, 282, 284, 285, 287, 289, 292

Seguridade social 16, 18, 22, 32, 75, 79, 83, 85, 87, 89, 90, 94, 105, 111, 272, 273, 275, 276, 287, 292

Seletividade 18, 78, 79, 85, 86, 88

Serviço social 13, 21, 22, 23, 24, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 93, 95, 107, 129, 138, 140, 141, 144, 167, 175, 178, 179, 268, 270, 271, 275, 276, 277, 279, 280, 290, 292

Sistema penal 145, 146, 152, 154

T

Teoria social crítica 1, 2

U

Universalidade 78, 79, 150, 273

Urbanização 50, 107, 112, 114, 180, 181, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 195, 196, 198, 199, 200, 210

Urbano 40, 45, 109, 174, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 210, 254

V

Violência 12, 48, 49, 50, 51, 57, 59, 60, 71, 73, 77, 107, 109, 110, 115, 117, 120, 121, 127, 128, 133, 138, 139, 145, 148, 150, 174, 177, 190, 272, 277, 292

Vulnerabilidade social 95, 96, 100, 101, 102, 105, 111, 112, 115, 138, 139, 141, 209, 277

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-756-7



9 788572 477567